

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTOS DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

BEATRIZ AGONIO DOS SANTOS

**JORNAL A REPÚBLICA: UMA PERSPECTIVA SOBRE A EDUCAÇÃO
BRASILEIRA DE 1900 A 1910**

Maringá

2016

BEATRIZ AGONIO DOS SANTOS

**JORNAL A REPÚBLICA: UMA PERSPECTIVA SOBRE A EDUCAÇÃO
BRASILEIRA DE 1900 A 1910**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientação: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado.

MARINGÁ
2016

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar como o jornal A República no período de 1900 à 1910 divulgava a educação para a sociedade brasileira. Pretende-se com essa pesquisa conhecer o contexto histórico do período republicano, bem como as condições das instituições, identificando nas leis promulgadas como seria a educação, realizando uma relação com as divulgações do jornal A República. Essa temática justifica-se pelo fato de poder conhecer como a imprensa divulgava a educação que era oferecida no país, para identificar as principais características das instituições e seus objetivos com a educação da população. O trabalho apresenta como a imprensa surgiu no Brasil, demonstrando o contexto histórico, abordando a situação educacional do período de 1900 a 1910. A pesquisa teve caráter bibliográfico e documental, tendo como fonte primária o jornal A República, buscando subsídios nas leis educacionais do país.

Palavras-chave: História da Educação. Primeira República. Imprensa. Legislação. Jornal A República.

ABSTRACT

This paper aims to investigate how the newspaper The Republic from 1900 to 1910 disseminated education for Brazilian society. This research intends to know the historical context of the Republican period, as well as the conditions of the institutions, identifying in the enacted laws how education would be, making a relation with the disclosures of the newspaper The Republic. This theme is justified by the fact that it was able to know how the press disseminated the education that was offered in the country, to identify the main characteristics of the institutions and their objectives with the education of the population. The work presents how the press appeared in Brazil, showing the historical context, approaching the educational situation of the period from 1900 to 1910. The research had a bibliographic and documentary character, having as primary source the newspaper The Republic, seeking subsidies in the country's educational laws .

Keywords: History of Education. First Republic. Press. Legislation. The Republic newspaper.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga como o Jornal A República no período de 1900 a 1910 divulgava as concepções da educação das escolas primárias brasileiras, com base no jornal publicado no período citado. Pretende-se com essa pesquisa conhecer o contexto histórico no qual o jornal foi publicado, bem como as condições educacionais que estavam presentes, identificando as especificidades que a educação paranaense oferece para a população durante o processo de consolidação do Regime Republicano.

Neste sentido, a referente pesquisa busca discutir o sistema educacional por meio de uma análise bibliográfica e documental, de caráter teórico na qual o referencial é o materialismo histórico, compreendendo que o marco teórico busca explicar as mudanças e o desenvolvimento da história, desta maneira, possibilitando a compreensão sobre o desenvolvimento da educação brasileira. Pautando-se nas análises realizadas no Jornal A República, observou-se como está inserida a escola na sociedade, como foi divulgação dessa educação, no Brasil, para as classes operárias, buscando subsídios para concretizar essa perspectiva, nos orientamos pelas legislações paranaenses que foram regulamentadas no país para oferecer uma educação a população. Sentimo-nos instigados a conhecer as propostas do jornal sobre a educação no Brasil e no Paraná, para tanto, a pergunta que orienta a pesquisa é: Quais as discussões e opiniões educacionais foram suscitadas pelo jornal A República entre os anos de 1900 a 1910?

No decorrer do desenvolvimento da temática, ressaltamos as vivências de estudos e reflexões desenvolvidos no Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEINSE), coordenado pela Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado e Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer, os quais possibilitaram nosso contato com as discussões realizadas pela imprensa no tocante a educação brasileira no período republicano.

A motivação para realização do estudo se efetivou também por meio da elaboração de uma pesquisa com o Projeto de Iniciação Científica-PIBIC¹ sobre as escolas primárias no Brasil, no período de 2014 a 2015, a qual reafirmou o nosso interesse pelos estudos referente à história da educação.

Esse estudo está dividido em quatro momentos. O primeiro momento introduz a temática da pesquisa, que busca apresentar o contexto histórico da origem da imprensa, em especial do Jornal A República, realizando um levantamento sobre este contexto histórico, de pesquisas já realizadas nesta perspectiva.

No segundo momento contextualizamos a educação brasileira, para compreendermos como a educação estava sendo oferecida neste período, buscando analisar juntamente com as leis que regiam o ensino no século XIX.

Posteriormente, realizamos uma análise do Jornal A República, o qual divulgava para a sociedade a educação, fazendo comparações com a legislação em vigor nesse período.

No último momento, pontuamos nossas considerações finais sobre a concepção que o Jornal destacava na imprensa sobre a educação que era oferecida para a população.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPRENSA NO BRASIL

No período de 1438 e 1440, de acordo com Perles (s/d), o alemão Jhoann Gens- fleish Gutenberg² aperfeiçoou os primeiros instrumentos que imprimiam os livros criados pelos chineses, utilizavam o método chamado de "impressão em bloco", o mesmo talhava blocos de madeiras para imprimir uma única página de um texto específico. Dessa forma, criou um sistema de prensa tipográfica, assim com o surgimento desse instrumento, possibilitou o

¹ SANTOS, B. A. **A regulamentação da escola primária na legislação brasileira de 1900 a 1920**. Orientadora: Elma Júlia Gonçalves de Carvalho. Maringá, 2015. Projeto de Pesquisa PIBIC/CNPq. UEM.

² O autor nasceu na cidade alemã de Maguncia (Mainz) aproximadamente em 1400. Seu verdadeiro sobrenome era Johannes Gensfleisch Zur Laden.

aparecimento do jornal, contribuindo para a disseminação de ideias. O aparecimento e a difusão da imprensa estão vinculados ao desenvolvimento comercial e industrial.

O primeiro jornal brasileiro foi o Correio Braziliense, sendo lançado em 10 de junho de 1808, por Hipólito José da Costa (1774-1823). Sua impressão foi realizada em Londres, porque a Coroa Portuguesa não autorizava a existência de impressoras na Colônia. A família Real, neste mesmo período, chegou ao Brasil, fugindo das invasões napoleônicas, trazendo em seus navios as máquinas que iriam originar a Imprensa Régia, introduzindo o primeiro jornal impresso no território brasileiro. Segundo Sodré (1966), a imprensa chega ao Brasil com a vinda dos portugueses para o país:

A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil - e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial - com o advento da Corte de D. João [VI]. Antônio de Araújo, futuro conde da Barca, na confusão da fuga, mandara colocar no porão da Medusa o material gráfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado. Aportando ao Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa, à rua dos Barbonos (SODRÉ, 1966a, p.22.).

De acordo com Sodré (1966, p.6), na Imprensa Régia imprimiam-se “[...] exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que derivarem de qualquer repartição do meu Real Serviço, ficando inteiramente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria”.

D. João VI reconheceu e oficializou a atividade gráfica no Brasil, entretanto instaurou normas rígidas para regularizar a atividade da imprensa brasileira. Entre as normas por ele estabelecidas, estava a criação de uma junta responsável pelo exame dos papéis e livros enviados para serem publicados na Imprensa Régia. O autor Sodré (1999) relata sobre a lei que foi estabelecida para as imprensas:

A livre comunicação do pensamento é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar (SODRÉ, 1999, p. 41).

De acordo com Sodré (1999) o jornal, a Gazeta do Rio de Janeiro, foi pioneiro na atividade, dentre os jornais publicados em solo brasileiro. Neste jornal eram reservados periódicos para às notícias pequenas da Coroa (que o financiava) – continha notas sobre aniversários, estado de saúde e pequenas futricas de nobres europeus -, retratava um Brasil e um mundo perfeitos e ilusórios para a população.

A história da imprensa está relacionada com o desenvolvimento da sociedade capitalista. Ainda segundo Sodré (1999), o controle pelos meios de difusões de ideias e de informações – o desenvolvimento da imprensa, sendo como o fluxo do desenvolvimento capitalista – um campo de luta que é demonstrado na organização e na sociedade que possui diversas situações sociais, culturais e política, assim correspondendo os diversos interesses. Devido aos posicionamentos político diferentes e pelas lutas para se terem o controle, reforçaram a legislação reguladora das atividades que norteiam a imprensa.

A importância que a imprensa tem na sociedade capitalista, pode ser constatado com a difusão de publicações que favorecem o comportamento da massa e dos indivíduos. Assim busca uniformizar as culturas, e pela padronização dos comportamentos. Desta forma, segundo Ribeiro (2015), o jornalismo continha uma característica bem demarcada:

O Jornalismo tinha, então, características muito específicas: era profundamente ideológico, militante e panfletário. Seu objetivo era tomar posição, tendo em vista a mobilização dos leitores para diferentes causas. A imprensa era considerada um dos principais instrumentos da luta política e funcionava mesmo como uma tribuna ampliada. (RIBEIRO, 2015, p.278).

Observa-se que um problema da imprensa era a liberdade de informar e de opinar. Desse modo o desenvolvimento da imprensa foi muito lento, sendo facilmente manipulada pela autoridade governamental, pois havia uma disputa para se ter a dominação deste meio de comunicação. Observou que conforme o capitalismo avançava mais exemplares de jornais eram publicados, para demonstrarem o seu poder sobre a sociedade.

A trajetória da imprensa é considerada a mais relevante para a história, pois marca uma temporalidade bem acentuada de disputas manutenção da burguesia, sendo a classe superior, fazendo com que continuasse essa ideia de um povo dominado pela cultura elitizada. Posteriormente, apresentaremos uma sucinta história sobre o surgimento do Jornal A República.

1.1 Jornal A República

O jornal A República foi fundado por Eduardo Mendes Gonçalves e Joaquim Silva, sendo registrado por Mendes Gonçalves e Chichoro Júnior, tendo a sua primeira edição publicada no jornal em 15 de março de 1886, em Curitiba, permanecendo em circulação até o período de 1930. As reportagens realizadas no jornal, desde seu surgimento, podem ser encontradas na Biblioteca Pública do Paraná e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. A divulgação do jornal foi uma das primeiras a serem publicadas na capital do Paraná, segundo Corrêa 2009 (*apud* MACHADO, s/d)

O referido jornal tem como característica englobar os principais acontecimentos da sociedade, para que a população soubesse os fatos verdadeiros ocorridos no Estado, com tudo, no decorrer do estudo, observa-se que o jornal possuía um caráter ideológico, não demonstrando os veadeiros acontecimentos, mas publicando o que era do interesse da imprensa. O jornal apresenta todos os tipos de reportagens, tais como propagandas, notícias sobre o governo, as implementações realizadas no período da divulgação, a população tinha um espaço para divulgações de opiniões, entre outras características.

Segundo Corrêa (2006), o referido jornal apresenta um dos maiores números de exemplares disponíveis. Nas primeiras linhas editoriais, Eduardo Gonçalves (*aput* NEGRÃO s/d) explicou sobre o jornal publicado:

Implacável contra o abuso, não regateará elogios ao bem, venha d'onde vier. Como norma de proceder, estabelece o

Maximo ás individualidades, sem deixar por isso a crítica os actos dos homens públicos. Neste caminho – "A República" – procurará seguir os edificantes exemplos de dois importantes organs de propaganda republicana – "A Provincia de São Paulo" – e a – "Federação" – de Porto Alegre. As suas columnas são francas aos opprimidos de qualquer classe ou condição (NEGRÃO, s/d, p.125).

O jornal teve vinculações com a província de São Paulo e com a Federação. De acordo com Corrêa (2006), o jornal A Federação de 1884, aparece sendo um órgão do Partido Republicano, dirigido por Júlio de Castilhos, e tinha como subtítulo "federação, unidade; centralização, desmembramento".

Segundo Rui Barbosa (1990, p. 15), "[...] a imprensa não significa simplesmente uma liberdade individual, mas uma instituição de ordem pública e, por isso, conclui que 'não se suprime essa liberdade, senão para ocultar a ausência das demais'".

2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, durante o século XIX ocorreram profundas transformações na sociedade, uma das principais são a mudança da força de trabalho dos escravos para o trabalho livre, em consonância a esta mudança o governo Imperial se modificou para o republicano.

A proclamação da República foi em 1889, sendo uma união de forças entre o exército e os republicanos, para concretizarem este novo regime, desta forma, adotando uma política centralizadora. Mesmo com essa mudança que ocorreu no país, a economia não se modificou, continuou sendo um sistema agrário, produzindo o café para a exportação.

Segundo Machado (s/d), ampliou-se a industrialização no país, juntamente com a agricultura e a monocultura. A industrialização fez com que acontecesse a urbanização, realizando esta transição do rural para a zona urbana, a população iria procurar as indústrias para poderem trabalhar e se sustentar na cidade, assim, ocorreu grandes transformações na economia e socialmente. De acordo com Nagle (1973), o proletariado lutaria contra a classe

burguesa, tendo como pressupostos os movimentos políticos e sociais, dessa maneira criou-se os sindicatos, para reivindicarem os seus direitos. É de suma importância destacar que, o movimentos aconteceram para que se obtivesse melhores condições de trabalho para a classe operária.

Após o final do Império, surgiu a necessidade de modernizar a sociedade brasileira. Com essa modernização que ocorria no país, a industrialização foi se desenvolvendo, assim começou a utilizar os maquinários, a estrada de ferro, os correios, entre outras inovações que poderiam ser utilizadas para o aperfeiçoamento da economia do país. A educação foi vista pela classe elitista como sendo uma solução, pois preparavam o trabalhador nacional para as classes dominantes, realizando a transmissão da cultura, desse modo, favorecendo o capitalismo.

O Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos foi criado em 1890, no início da República, tendo como primeiro ministro, Benjamim Constant, que realizou uma proposta para o ensino primário e secundário. A Reforma de Benjamim Constant, foi instituída pelo Decreto nº 981 de 8/11/1890, como o objetivo de organizar a liberdade e laicidade do ensino, lutando para garantir a gratuidade para o ensino no país. Esta reforma estabelecia um sistema no ensino secundário, que acabaria com os cursos profissionalizantes, que estavam sendo ofertados na época, desta forma, a reforma foi uma tentativa de substituir o currículo que estava imposto para as instituições, com tudo esta reforma não se regularizou.

Segundo Carvalho (2012), a Reforma Carlos Maximiliano (1915) reoficializou o ensino secundário, recolocou o poder interventor do Estado, regulamentando o acesso às escolas superiores. A Reforma Luiz Alves Rocha Vaz (1925) encerrou com o ciclo das reformas federais no ensino na Primeira República. Com essas reformas que estavam sendo estabelecidas no país, procurou-se prever uma legislação no qual o governo federal agisse com a ajuda dos estados, para auxiliar o atendimento ao ensino primário no Brasil. Portanto, o sistema de educação, era considerado fragilizado, por este motivo realizaram estas reformas.

Todas essas reformas mencionadas foram tentativas para a regulamentação do ensino e sistematização da educação, contudo, estavam distante de se caracterizarem como uma política nacional de educação.

As instâncias que estavam gerenciando o Brasil em 1893 criaram os Grupos Escolares, que acontecesse a modificação da didática, no currículo entre outras mudanças na educação. Essas instituições foram adotadas sendo inseridas na educação do país, visto que essas escolas seriam para a educação primária, onde os alunos que a Escola Normal formava para serem docentes, exerciam a sua aprendizagem.

A política educativa que podemos verificar durante a primeira República, obteve a falta das diretrizes uniformes para uma política escolar, a unidade do sistema de educação nacional. De acordo com Carvalho (2012), a administração educacional que estava em vigor na Primeira República continuava com a estrutura herdada pelo Império, sendo um regime descentralizado, que mandava aos estados o dever das tarefas de legislar e promover o ensino primário.

Quando a estrutura do país começou a dar indícios de ruptura, a situação da escola começou a se readequar. Uma das mudanças ocorridas foi o processo de urbanização e industrialização, acentuando-se depois de 1930. Assim, iniciou-se a modificação da atuação das organizações civis, dentre as quais a Associação Brasileira de Educação (ABE) e as Ligas Nacionais.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, constituindo um órgão que iria organizar educação e os planejamentos das novas reformas. Segundo a constituição seria analisada para assegurarem de que seria oferecida uma educação obrigatória e de qualidade para todos os cidadãos, sendo assim, uma obrigação do Estado garantir este direito.

A imprensa é considerada como uma influência para a queda da monarquia no país, segundo as autoras Mélo, Ivashita e Machado (s/d, p. 6) “A

imprensa, compreendida como produção humana em um dado contexto social, reflete as condições históricas da sociedade na qual está inserida e/ou é elaborada” Neste sentido, a imprensa publica a realidade social que acreditava ser necessário divulgar, sempre prevalecendo a classe da elite, mas sem dar muita ênfase para este pensamento, fazendo com que a população ficasse em uma ilusão sobre a sua sociedade.

2.2 Abordagens sobre a educação no estado do Paraná

Os republicanos reorganizaram a administração do estado do Paraná, provocando um debate sobre a implementação de um estado moderno, assim a Câmara dos Deputados e a sociedade civil, realizaram esta discussão.

Os governadores procuraram implementar a escola nas diferentes regiões, tais como nas antigas províncias do estado do Paraná, que apoiava a Constituição de 1891, que responsabilizava o Governo pelo ensino secundário e superior para todos do Brasil.

Buscou-se escrever em 1892, no Paraná, após a proclamação da República, a Constituição e o Ato Adicional de 14 de outubro de 1893, que seria vigorada até o período de 1927. A política paranaense se encontrava numa crise, para isto foi estabelecida uma Constituição Estadual, sendo reelaborado pelo Decreto número 2 de 24 de Agosto de 1892 (PARANÁ, 1892c). Esta Reforma estabelecia o Ensino Popular no Estado. O regulamento do Ginásio Paranaense exigiu que os docentes voltassem para o Ginásio Paranaense, sendo que este ensino deveria ser para garantir um ensino gratuito e integral, tendo a duração de sete anos.

Segundo Machado (s/d), havia uma preocupação com formação dos docentes que iriam ministrar as aulas para nova geração:

A preocupação com a formação de professores se fazia fundamental frente a falta de professores para atender a demanda do ensino. Esta formação poderia garantir a elevação do nível de formação das crianças que frequentavam as escolas primárias visto que muitas delas estavam entregues

aos professores leigos que desconheciam a pedagogia e não tinham nenhuma preparação para o exercício do magistério (MACHADO, s/d, p.11).

Após o início do século XX a política paranaense se estabilizou, regulamentando a legislação. Observa-se que as leis educacionais que foram oficializadas no XIX não continham uma durabilidade na legislação. Mantinha-se, assim, divisão de deveres para com a educação, sendo elas da União (Governo Central, no período Imperial) e dos estados (antigas províncias), efetivados pelo Ato Adicional à Constituição do Império de 1834 (BRASIL, 1866) que determinava a responsabilidade pelo ensino primário como competência das províncias. Para poder compreender melhor como a situação educacional estava Nascimento (2009) aborda a modificação que foi realizada:

Com base nessa lei, cada província passava a responder pelas diretrizes e pelo funcionamento das suas escolas de ensino elementar e secundário. Porém, logo as províncias se defrontaram com dificuldades para dar instrução de primeiras letras aos moradores dos lugares distantes e isolados. Nesse período, o acesso à escolarização era precário ou inexistente, tanto por falta de escola quanto de professores (NASCIMENTO, 2009, p. 51).

As Leis, Decretos e Regulamentos do estado paranaense nas primeiras décadas da República seguiam as reformas da instrução, dos programas e do currículo escolar de outros estados brasileiros. O Paraná organizava visitas de professores para São Paulo, com intuito de racionalizar o ensino, sabendo dividir as atividades no interior da instituição, dessa forma, o professor criaria possibilidade de seu aluno aprender com base na observação, adotando o método intuitivo.

No Paraná, de acordo com Machado (s/d), se preocupavam com os métodos e os sistemas de ensino, bem como a adoção de obras didáticas, sendo uma maneira de uniformizar os métodos que serão aplicados nas escolas primárias. As instituições deveriam ensinar questões de higiene escolar, não tolerando as punições físicas, com isso os pais ficavam interessados em matricular seus filhos nestas instituições, pois com este conhecimento iria cumprir as finalidades educativas, atribuindo aos alunos os

hábitos de ordem, atividade, economia, asseio e polidez, para garantir o amor à pátria e o civismo.

Por meio da legislação buscava-se atualizar as normas educacionais e dar uma direção acertada para os problemas, tornava-se evidente a preocupação com a difusão do ensino, em especial, do ensino primário com vistas ao desenvolvimento do espírito de nacionalidade, tornava-se imperioso ser brasileiro e paranaense. Percebemos que no final da primeira década do século XX essa preocupação estava expressa claramente, juntamente com a necessidade de uma educação direcionada para a preparação para o trabalho, com ênfase na formação para o trabalho agrícola, assumido como vocação estadual. Somado à escola primária, colocava-se em questão a difusão da alfabetização entre os adolescentes e os adultos que não frequentaram escolas (MACHADO, 2014, p. 13).

Em consonância com a citação, compreende-se que o objetivo proposto pelo ensino visava uma doutrina patriarcal, conseqüentemente a formação para o mercado de trabalho. Cabe ressaltar que educação priorizava o ensino agrário, sendo um ensino para a classe operária, na qual deveria aprender os ofícios de seu trabalho, assim não priorizando uma educação formal, sendo apenas uma educação para a industrialização.

3 JORNAL A REPÚBLICA: CONCEPÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O jornal A República, de 1900 faz diversas publicações referentes as notícias que estão relacionadas com a educação republicana. Nas publicações que o jornal faz na edição 30 de 1900, apresenta uma propaganda sobre instituições privadas. Citemos:

Colégio Vianna, aceitamos alunos internos do sexo masculino e externos dos dois sexos, para o ensino primário e secundário. Preços e outros esclarecimentos encontram-se no prospecto, que pode ser procurado no estabelecimento e se remeterá pelo correio a quem pedir.” (A REPÚBLICA, 1900, ed. 30, p.2).

Diante da citação de uma das publicações do jornal, a educação brasileira possuía instituições privadas neste período que utilizavam o espaço do jornal para as suas propagandas, sendo esta uma ação recorrente. Conforme observamos, havia a existência do ensino para ambos os sexos, contudo, existia o ensino promíscuo, ou seja, escolas para meninos e meninas. Desse modo, o ensino para as meninas, segundo a lei nº 365 de 11 de Abril de 1900, era voltado aos conteúdos de economia doméstica, sendo que os meninos recebiam noções elementares de agronomia. Destacamos que, para ambos os sexos, se ensinava os princípios morais e cívicos conforme constatamos no relatório redigido por Júlia Wanderley Petriche presente na edição número 1, de 2 de janeiro de 1909. Neste relatório, discorre sobre a educação cívica e moral, enfatizando a importância da reflexão do Estado sobre este tema.

Segundo a relatora, a finalidade da escola não é apenas formar o homem, mas também o cidadão. Faz referência aos estudos de Cousin sobre a educação em alguns Estados da Alemanha e sobre as funções exercidas pelo pedagogo, que devem ser as mais valorizadas pelo Estado, já que busca a formação moral e cívica dos alunos que está estreitamente relacionada à instrução política.

Sobre a educação cívica, Petriche enfatiza no relatório que os países em que os professores se preocupam com a formação cívica das crianças, as datas comemorativas nacionais são festejadas com entusiasmo. Destaca que esses festejos deveriam ser feitos no Paraná, dando continuidade às ações pelo então diretor geral da instrução pública em 1902, Dr. Victor do Amaral cita os estudos históricos desenvolvidos pelo pedagogo Fernando Stihel, que considera a história ser a melhor maneira de ensinar o amor à pátria, pois ensina sobre os grandes nomes da história e as suas contribuições para a nação. Há o destaque das atividades que com os alunos em datas comemorativas que estimulam as crianças ao amor à pátria, que incluem as homenagens à bandeira adotadas por decreto em 19 de Novembro de 1889. As mães são citadas como aquelas que devem render homenagem a bandeira. Dessa forma, as crianças participam da civilização e do progresso.

Em relação à educação moral, Petriche afirma que a educação é a base para os professores primários que devem ensinar a moralidade aos seus alunos, pois as crianças de hoje são o futuro da nação. Por último, refere-se ao filósofo americano Channing, o qual afirma ser a educação das crianças um assunto merecedor de altíssima reflexão do Estado.

Em 1903 o jornal publica em sua edição 6, de 02 de janeiro, os valores das matrículas para o curso primário na Escola Americana, escola privada, sendo a taxa para o 1º ano de 30\$000 e para o 2º ano de 40\$000. A escola oferecia o curso intermediário, o qual enfatizava os conteúdos do ensino primário, bem como a gramática sistematizada, noções de ciências naturais e cursos práticos da língua inglesa, alemã e música, a fim de se preparar os alunos para os exames do ensino secundário. O ensino ginásial era ofertado e as taxas escolares eram de 60\$000 semestrais, com a garantia de que os alunos fossem preparados para ingressar em qualquer universidade. Essa quantia era três vezes maior que as taxas cobradas pelo ensino ginásial público, o qual, embora por lei fosse garantida a gratuidade, cobrava 40\$000 ao ano pela educação (PARANÁ, 1900).

De acordo com uma publicação do jornal A República, o colégio Santos Dumont estava oferecendo aulas de idiomas, de músicas, como esta na propagando abaixo:

COLLEGIO
Santos Dumont

105 - Avenida Luiz Xavier - 105

Este estabelecimento de ensino reabre as suas aulas no dia 2 do proximo mez de Janeiro. Previnem-se os Exmos. chefes de familia que, além das aulas de portuguez, francez, musica, trabalhos de agulha, etc., etc., funcionará tambem a aula da lingua allemã, regida por um bom professor; assim como se habilitam alumnos á matricula na Escola Normal.

Para os respectivos esclarecimentos podem os interessados dirigir-se a este collegio.

A DIRECTORA,
Marianna Coelho.

7

Figura 1: Edição de 11 de janeiro de 1905, p.4

Esta apresentada na Lei nº 587 de 18 de março de 1905 no Art. 1º Fica criada nesta capital, desde já um instituto comercial, no qual se ensinará um curso prático de línguas de escrituração mercantil, contabilidade, legislação e redação comercial. Deste modo, o jornal demonstra que as aulas extras seriam para a classe da elite, no qual aprenderia música, línguas estrangeiras, já a classe trabalhadora, não iria ter este aprendizado.

Em 1907 o jornal apresenta cursos especiais do qual ensinaria a caligrafia em cursos não sendo nas instituições, acontecendo no período noturno, deste modo a publicação demonstra que:

Cursos Especiales

No dia 1º de Fevereiro começarão a funcionar no Collegio Vianna os seguintes cursos :

Calligraphia, ensino gradual, abrangendo toda sorte de letras, cursivo inglez, redonda, bastardo e gothico.

Arithmetica e Escripuração Mercantil, com applicações ao commercio de compra e venda, bancos, estradas de ferro, repartições publicas e empresas industriaes.

Estes cursos funcionarão á noite e serão confiados á competencia do dr. Roberto Carlos Regnier, engenheiro formado pela Escola Central de Paris, ao qual tambem será commettida daquella data em diante a direcção de um curso nocturno de francez pratico.

O director chama a attenção dos interessados para as vantagens que a frequencia destes cursos offerce nos pretendentes a empregos de escriptorio e repartições e aos candidatos a exames em concursos para empregos da fazenda.

Acham-se funcionando com toda a regularidade as aulas das materias que constituem o 1º anno do curso gymnasial, sendo regidos pelo dr. Rénier do 1º de Fevereiro em diante os cursos de arithmetica, dezenho e francez pratico.

Para a matricula em qualquer curso, entender-se com o director, no estabelecimento, á

Rua Candido Lopes
(antiga Loureiro n. 24) 14

Figura 2: Edição 41, de 19 de fevereiro de 1907, p.4.

Podemos observar que o jornal oferece prioridade para as publicações de escolas privadas, não demonstrando divulgações sobre a escola pública. O jornal é formador de opiniões, no qual possibilita que o indivíduo aprenda e esteja atualizado das informações, porém não podemos dizer que ele apresenta informações concretas sobre suas publicações, mas percebemos que a elite neste período, estava querendo formar cidadãos que não reclamassem de seus “lugares” perante a sociedade, fazendo com os indivíduos cultuassem a ordem e o amor pela sua pátria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa é considerada como um dos principais meios de comunicação da sociedade brasileira, assim os jornalistas divulgam as principais notícias que acontecem no âmbito da sociedade brasileira. O jornal foi o lugar de divulgação da realidade social, visando o melhor para a classe eletista, na qual o jornal dava mais destaque nas publicações.

De acordo com os estudos realizados no decorrer deste trabalho, constatamos que a educação que estava sendo oferecida para a população brasileira, consistia em uma educação para que a classe trabalhadora seguisse uma ordem, respeitando, amando a sua pátria. A educação seguia os indícios do capitalismo, introduzindo um ensino voltado para a profissionalização.

Constatamos que o jornal A República, apresentou uma característica em suas publicações, de que as escolas privadas utilizavam o espaço do jornal para realizarem as suas propagandas, não dando muita abertura de divulgações sobre a escola pública, demonstrando que a sociedade não se assegurava em seus direitos, a lei situa-se que as escolas deveriam oferecer ensino gratuito para a sociedade.

A educação do Paraná se preocupava com a metodologia que seria aplicada nas instituições. Para isso os professores deveriam ter uma formação adequada para poderem lecionar aos seus alunos, desta forma o docente elevando o seu conhecimento, transmitiria aos seus educandos um

conhecimento aprofundado, pois o método que utilizava para poder ensinar era o intuitivo, o aluno buscava o seu conhecimento por meio de observações.

A imprensa é de suma importância para o conhecimento da sociedade, porém, não pode ser considerado como uma verdade absoluta, pois demonstra que era conduzida por um pensamento eletista, da qual a sociedade deveria priorizar o amor pela pátria, mantendo a ordem que estava estabelecida na sociedade do período estudado.

REFERÊNCIAS

A história do Jornal da República. Observatório da Imprensa, 2004. Disponível em: < <http://observatoriodaimpresa.com.br/armazem-literario/a-historia-do-jornal-da-republica/>>.

A REPÚBLICA. 1900 a 1910. Hemeroteca Nacional digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&PagFis=11672&Pesq>>.

BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990, 80 p. (Clássicos do Jornalismo Brasileiro; 2)

BRASIL. Lei Imperial nº 40, de 3 de outubro de 1834. Dispõe sobre o poder do presidente de província. **Coleção de Leis Império do Brasil do ano de 1834**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.375.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de Carvalho. **Políticas Públicas e Gestão da Educação no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2012.

COLLYER, **Francisco Renato Silva**. **Revolução Industrial**: aspectos políticos e sociais da maior revolução da idade moderna. Revista Jus Navigandi,

Teresina, ano 20, n. 4242, 11 fev. 2015. Disponível em:
<<https://jus.com.br/artigos/31268>>. Acesso em: 16 dez. 2016

CORRÊA, Amélia Siegel. Imprensa Política e Pensamento Republicano no Paraná no final do XIX. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 17, n. 32, fev. 2009, p. 139-158.

_____, **Imprensa e Política no Paraná**: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Curitiba, 12 de maio de 2006.

Info Escola. Johannes Gutenberg. Disponível em:
<<http://www.infoescola.com/biografias/johannes-gutenberg/>>

MACHADO, Maria Cristina Gomes; CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação na constituição republicana do estado do Paraná (1892) e seus desdobramentos. **Acta Scientiarum. Education** (Print), v. 36, jul.-dec., p. 199-209, 2014.

_____. A educação nos anais da Constituinte Republicana do Estado do Paraná - 1892. **Educar em Revista (Impresso)**, jul.- set., p. 227-243, 2013.

MÉLO, Cristiane Silva; IVASHITA, Simone Burioli e MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Considerações acerca da Imprensa e de sua utilização como fonte de pesquisa para a História da Educação**. Maringá, s/d, p.1-13.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A educação na Imprensa no Estado do Paraná, Brasil: Um Estudo Sobre O Jornal "A República" – 1886 A 1930**. Maringá, s/d, p1-32.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FNME, 1974.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – Pr**. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2009.

PERLES, João Batista. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história**. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>>

NEGRÃO, Francisco. **Efemérides paranaenses**. Edição Comemorativa do 20.o aniversário do CEB, [s.d.].

PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Nelson Werneck Sodr e e “História da Imprensa no Brasil”**: uma Análise da Rela o entre Estado e Meios de Comunica o de Massa. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunica o XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunica o, 2006, p. 1-15.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Nelson Werneck Sodr e e a história da imprensa no Brasil**. São Paulo, 2015, p. 275-288.

SAVIANI, Demerval. História da Escola Pública no Brasil: Questões para pesquisa. In – LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Ogs.). **A escola pública no Brasil**: história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. Cole o Memórias da Educa o.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Mauad, 4  ed. Rio de Janeiro, 1999, p.505.

VERÍSSIMO, José. **A Educa o Nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.